POLICY
BRIEF N° 3

THIERRY BIDOUZO • AFOUDA VINCENT AGUÉ • EMMANUEL ODILON KOUKOUBOU • ABRIL 2024

EDUCAÇÃO EM TERROR. O FUTURO DA ESCOLA EM ZONAS SOB AMEAÇA TERRORISTA NO NORTE DO BENIN

INTRODUÇÃO

A escola[1] é uma das instituições mais afetadas pelo terrorismo. Mesmo não sendo necessariamente alvo de ataques mortais, o desenvolvimento de atividades terroristas numa zona acaba por tornar a sua operação hipotética. Se não for expressamente ordenado pelos terroristas que as portas da escola sejam fechadas, os seus ocupantes (alunos e professores) vêm-se muitas vezes obrigados a abandonar por medo ou por oportunismo[2] ou por deslocamentos forçados. De acordo com dados da ONG Save the Children, no mês de junho de 2023, foram fechadas cerca de 7800 escolas primárias no Sahel central (Burkina, Mali, Niger), privando assim cerca de 1,4 milhões de crianças do acesso à educação[3].

Se o Benin não apresenta ainda uma situação assim tão crítica, as consequências que os ataques terroristas têm sobre o sistema educativo começam a ser percetíveis. O objetivo desta nota informativa é dar conta da situação no Sahel central para alertar os dirigentes do Benin para a necessidade de agir de forma eficiente para trazer o acesso à educação para todos, incluindo crianças em zonas afetadas pela insegurança.

A problemática deste estudo é *Como assegurar o acesso à educação a crianças sujeitas a ataques terroristas no norte do Benin?*

Relativamente ao plano metodológico, o presente trabalho interessa-se especificamente sobre o caso do Benin. Na verdade, o norte do Benin é alvo de ataques realizados por grupos terroristas do Sahel de forma mais ou menos recorrente desde finais de 2021, com consequências notórias sobre a educação nacional. Este trabalho baseia-se em dados documentados (relatórios oficiais, artigos da imprensa) e entrevistas (presenciais e telefónicas) realizadas entre setembro de 2022 e outubro de 2023 em comunidades afetadas pelo terrorismo no norte do Benin[4] por uma equipa de instigação da Academy for Africa's Future (CiAAF).

[1] No âmbito deste estudo, a noção de escola refere-se à educação de base, nomeadamente pré-escolar e primário. Engloba os setores público e privado, incluindo escolas religiosas inscritas no sistema educativo formal. Assim, não são consideradas escolas corânicas uma vez que estas não fazem parte do sistema educativo formal. - [2] Em determinadas localidades a norte, algumas pessoas não acreditam na instituição da escola e aproveitam qualquer pretexto para abandoná-la. - [3] Consultar dados da ONG Save the Children, «9 de setembro, Dia mundial para a proteção da educação contra ataques: Os encerramentos de escolas no Sahel aumentaram 20% no ano passado, com 200.000 crianças privadas da escolaridade», Save the Children Burkina Faso - [4] As entrevistas decorreram nas duas regiões do norte do Benin afetadas por ataques terroristas: Atacora (comunas de Matéri e Kérou) e Alibori (comunas de Malanville, Banikoara e Karimama).

REDE RECAP
PESQUISA & ACÇÃO PARA A PAZ

Os resultados da investigação são apresentados em três partes. Em primeiro lugar, apresentamos uma panorâmica resumida da situação escolar nas zonas afetadas pelo terrorismo no norte do Benin. Em seguida, procedemos a uma análise das prováveis evoluções expectáveis da situação a curto, médio e longo prazos. Por fim, propomos recomendações específicas para iniciar esforços.

1 UMA ESCOLA AFETADA PELO TERRORISMO

As manifestações da ameaça terrorista sobre o sistema educativo são de diferentes ordens. Mais precisamente, este trabalho destaca três consequências sobre o ensino no Benin. Trata-se do encerramento de algumas escolas nas zonas afetadas pela ameaça terrorista, o abandono escolar e o défice do ensino devido à renitência a ensinar em zonas afetadas pela insegurança.

1.1 ESCOLAS ENCERRADAS

No final do ano escolar de 2022-2023, a insegurança conduziu ao encerramento oficial de 11 escolas nas comunas de Matéri, Kérou (região de Atacora), Banikoara e Karimama (região de Alibori)[5]. Este valor é oficial e foi comunicado pelas autoridades públicas. No entanto, no decorrer das nossas entrevistas, as populações fizeram várias referências a outras escolas, religiosas ou informais, que não constavam das informações emitidas pelas autoridades públicas. Perante a impossibilidade de prestar dados exatos no âmbito deste caso, este estudo baseia-se em dados recebidos de fontes oficiais mencionadas na tabela seguinte.

Número de escolas encerradas no final do ano escolar 2022-2023:

Região de Atacora		Região de Alibori	
Matéri	Kérou	Karimama	Banikoara
4	4	2	1

No início do ano escolar 2023-2024, o estado do Benin reabriu parte destas escolas. De acordo com testemunhos no decorrer das entrevistas, estas escolas receberam menos alunos do que o normal. Em alguns casos, os alunos foram forçados a deslocar-se com os seus pais para outras regiões devido à insegurança nas suas aldeias de origem, seja por precaução de eventuais ataques ou como consequência de ataques realizados. O deslocamento dos pais conduziu a uma diminuição do número de alunos nas escolas de origem, resultando num aumento de alunos nas escolas dos destinos, onde quase duplicaram os números.

Assim, tomando como exemplo a comuna de Kérou, a escola primária de Kaobagou Centre recebeu alunos de, pelo menos, três escolas encerradas na região[6] onde um ataque terrorista resultou em várias mortes de civis nos dias 1 e 2 de maio de 2023[7]. De acordo com um pai, «uma escola católica que ficava em Momba, uma escola informal em Binbeguenni, e uma escola pública em Yansouama fecharam portas e convergiram para a Kaobagou Centre»[8]. Isto levou a um a um aumento do número de aluno com «263 alunos numa sala de aula»[9].

1.2 ABANDONO ESCOLAR

Alguns alunos tinham intenções de abandonar os estudos[10] para se dedicarem a atividades que pudessem gerar rendimentos (trabalho no campo, comércio, etc.) e acabaram por tomar a decisão usando a insegurança como pretexto. Estes casos foram vistos nas comunas de Malanville e de Karimama, onde alunos que receberam kits escolares da Unicef não regressaram às aulas. Aqueles que prosseguiram os estudos não são muito assíduos. Um professor em Malanville disse-nos que «as crianças não gostam de estudar. Assim, não trabalhamos como deve de ser. Por exemplo, esta semana não vieram às aulas. E normalmente, apenas trabalhamos quatro dias e não cinco pois às quarta-feira faltam às aulas»[11]. Um outro professor confirmou esta realidade e acrescentou: «Ninguém na aldeia gosta dos professores. Dizem-nos para ficarmos em casas pois não precisam da escola para ficarem ricos»[12]. A insegurança resultante do crescente terrorismo é utilizada como pretexto para os alunos deixarem os estudos.

Para além das escolas fechadas, as que permanecem abertas não estão isentas de perturbações frequentes. Testemunhos revelam incursões de indivíduos associados a grupos armados terroristas. De acordo com as pessoas inquiridas, estes indivíduos intimidam ou ameaçam os diretores das escolas, os professores e os alunos.

Ao mesmo tempo, por medo de perder e com vontade de defender o pouco que têm, alguns pais recusam-se a abandonar as aldeias cujas escolas foram encerradas. Essas crianças perdem assim a oportunidade de prosseguirem os seus estudos noutros estabelecimentos e encontram-se de facto em situação de abandono escolar.

1.3 PROFESSORES RENITENTES

A ameaça terrorista traz mais complexidade e agrava uma situação educativa já de si frágil nesta zona setentrional do Benin à qual os professores apresentavam alguma renitência pelo afastamento geográfico e pelas condições de trabalho precárias.

Deve-se também salientar que nestas zonas, onde as taxas de escolaridade são as mais baixas do país, é fácil para os alunos abandonarem a escola[13]. De acordo com testemunhos recolhidos em Karimama, por exemplo, as crianças «não gostam de ir à escola e aproveitam-se desta situação para a abandonar. […] Já havia este problema e o fenómeno do terrorismo veio contribuir desde o ano passado»[14].

Atualmente, o contexto de insegurança tornou-se também uma causa adicional de renitência dos professores em aceitar nomeações para as zonas setentrionais afetadas. A falta de professores já coloca dificuldades na gestão de tais escolas, mas o risco de abandono do posto por parte dos professores pode acelerar ainda mais o abandono escolar.

Com ainda mais professores em falta para o início do ano escolar 2023-2024, o governo recrutou e nomeou aspirantes ao ensino nas escolas. Um desses, tendo iniciado o seu trabalho em janeiro de 2024 na região de Alibori, confiou-nos as suas desventuras em apenas duas semanas de trabalho e que já pretendia abandoná-lo: «Quase ficava sem um olho da última vez. Estava sentado cá fora, na frente da residência dos professores, quando começaram a atirar-me pedras à cara. Os meus colegas perseguiram-nos, mas conseguiram fugir. A aldeia não é segura».

2 ESCOLARIDADE COM PERSPETIVAS POUCO CLARAS

O encerramento das escolas por razões da insegurança associada ao terrorismo torna-se assim um desafio considerável e complexo para a maioria dos governos locais e centrais[15]. Esta situação pode ter consequências consideráveis a curto, médio e longo prazo, afetando não só a educação das crianças como também o seu bem-estar, o seu futuro e a estabilidade da sociedade.

2.1 IMPLICAÇÕES A CURTO E MÉDIO PRAZO

Os encerramentos forçados das escolas têm consequências nefastas. São várias as lições a tirar da região do Sahel que podem/devem ser consideradas pelas autoridades do Benin. Em primeiro lugar, os encerramentos das escolas privam um número considerável de alunos do seu direito ao acesso à educação, com professores deslocados internamente ou mesmo em desemprego tendo como consequência uma redução massiva da escolaridade. Na verdade, qualquer período de tempo sem aulas é prejudicial para os alunos pois fazem com que percam hábitos e esqueçam temas de base.

Além disso, a falta de meios e a crescente insegurança invalidam cada vez mais o regresso à escola. Na verdade, a escola pode representar uma restrição para crianças de famílias com poucos meios pois os pais podem não ter capacidade para pagar os custos associados à escolaridade. Esta situação, combinada com a crescente insegurança associada ao terrorismo, não promove o regresso à escola.

Em seguida, estes encerramentos têm consequências para o panorama social. Na verdade, estas crianças mais tarde[16] privadas de atividades que possam exercer na sua juventude, ficarão mais suscetíveis a enveredar para situações de risco, para a criminalidade ou tentadas a juntar-se a grupos terroristas[17]. A escola é frequentemente um local de encontros e interações entre famílias, alunos e professores pelo que o fecho das escolas afeta o tecido social e isola as comunidades. A endogenização do terrorismo pode acentuar-se uma vez que os jovens sem escolaridade e sem emprego, nomeadamente aqueles que já atingiram a maioridade (aos 18 anos no Benin), são um alvo óbvio para os grupos extremistas.

Por fim, a ausência de soluções a médio prazo, os inúmeros alunos em risco de abandonar os estudos, particularmente se não lhes for possível regressar em segurança[18]. O abandono escolar pode ter repercussões sobre o seu futuro. Assim, as divisões no seio das comunidades podem acentuar-se uma vez que algumas famílias podem optar por deslocar-se e levar os seus filhos para zonas mais seguras.

2.2 IMPLICAÇÕES A LONGO PRAZO

Caso não sejam implementadas soluções a longo prazo, as implicações arriscam-se a deixarem de ser conjeturais e tornam-se assim estruturais, afetando o Estado na sua própria essência de forma duradoura.

Na verdade, crianças sem escolaridade ou cuja educação foi impactada arriscam-se, no melhor dos casos, a perder oportunidades educativas a longo prazo. É importante sublinhar que o abandono escolar afeta as crianças de diferentes formas: a privação da possibilidade de ir à escola reforça os desequilíbrios sociais. As desigualdades educativas já representam um enorme desafio para o sistema educativo do Benin, onde nem todas as crianças têm possibilidades de ir à escola. Nestas condições, o abandono forçado de alguns alunos acentua as desigualdades. Com o tempo, estas desigualdades podem persistir, agravar-se e conduzir a uma violação de um direito constitucional fundamental[19], o de oferecer as mesmas hipóteses a todas as crianças. A privação deste direito pode contribuir para a perpetuação de ciclos de desequilíbrios e de frustrações. Há estudos que demonstram uma ligação entre a educação e o estatuto socioeconómico dos indivíduos. Não só a educação é violada, como também o são os direitos económicos[20]. A escola surge assim como uma ferramenta importante de desenvolvimento socioeconómico. Com o encerramento dos estabelecimentos, este espaço desaparece, assim como as perspetivas de um regresso rápido ao sossego[21]. Durante este tempo de encerramento, a ocupação e a estimulação intelectual das crianças dependem apenas das condições de vida em casa. Num contexto onde a fratura digital é acentuada, as possibilidades de aprendizagem por via digital são quase nulas, acentuando assim a desigualdade de oportunidades. Tudo isso poderá ter impacto sobre a sua empregabilidade e perspetivas de futuro.

Assim, é necessário sublinhar que uma ausência prolongada de educação e formação, num contexto de crescente extremismo violento, expõe estes jovens e adolescentes a deixarem-se seduzir por atividades extremistas e terroristas. Por outras palavras, os esforços atuais no combate contra o terrorismo arriscam-se a ser em vão uma vez que estas crianças e jovens sem escolaridade de hoje podem vir a ser os terroristas de amanhã. Podem desenvolver o sentimento de que a sua precariedade e desemprego são culpa do Estado.

As respostas a estes desafios são complexas, mas é essencial implementar soluções pertinentes para lhes fazer face.

[5] A ONG Changement Social Bénin, «Síntese de ação de sensibilização - Sessão de reflexão sobre os desafios na eficiência do sistema de ensino pré-escolar e primário em zonas sob ameaça terrorista na República do Benin», 2023. - [6] Entrevista com um agente de educação em Kérou, outubro de 2023. - [7] Site governamental do Benin - [8] Entrevista com pais de alunos em Kérou, outubro de 2023. - [9] Entrevista com um agente de educação em Kérou, outubro de 2023. - [10] Literatura sobre este tópico. Léonce Gamaï. «Educação no Benin: o paradoxo das aulas sem alunos em Karimama», em Banouto. Comunas fronteiriças no Benin: a vida posta à prova, pg. 27-36 - [11] Entrevista com professor A em Malanville, janeiro de 2024. - [12] Entrevista com professor B em Malanville, janeiro de 2024. [13] Nos registos estatísticos do Ministério do Ensino Pré-escolar e Primário (2021-2022), as duas regiões apresentam as taxas de pré-escolar mais baixas com 6,5% em Alibori e 7,1% em Atacora. Registos anteriores demonstram a consistência dessa tendência. Por exemplo, em 2014, o relatório sobre o estado do sistema educativo demonstrava que «a região de Alibori concentra a proporção mais elevada da população não escolarizada (21,7%), seguindo-se a região de Borgou (15,1%) e do departamento de Atakora (12,1%)». - [14] Entrevista com um agente de educação em Karimama, outubro de 2023.

[15] Consultar África Defense Forum, «Os terroristas fazem guerra à educação no Sahel», 23 de maio de 2023 - [16] No Benin, 52,5% das crianças são forçadas a trabalhar e, entre dessas, 40% fazem-no em situações perigosas. Algumas regiões do Benin são mais afetadas do que outras, como Alibori (62%) e Borgou (60%). No entanto, estes números estão forçosamente relacionados com o abandono escolar por causa do terrorismo. A situação pode, no entanto, agravar-se. - [17] Ler Thierry Bidouzo, «As implicações categóricas do terrorismo no Benin», em Thierry Bidouzo & Expédit Ologou (dir.), O terrorismo no Benin. Perceções, ações e perspetivas, Cotonou, edições Christon, FES, 2023, pg. 129-147. - [18] Consultar Reliou Koubakin, «Milhares de escolas ainda fechadas em África», 11 de abril de 2023 - [19] O direito à educação está consagrado na Constituição do Benin de 11 de dezembro de 1990 no artigo 8, alínea 2. - [20] Consultar por exemplo Didier Gelot e Djamal Teskouk, «Formação profissional e alterações económicas», em 1971-2021, 2021, pg. 13-45. - [21] Na verdade, a escola surge como uma ferramenta importante para a igualdade de oportunidades e, consequentemente, de diminuição das frustrações associadas às desigualdades. Se a escola permanece fechada com inúmeras incertezas quanto à sua reabertura, as consequências podem ser muito prejudiciais.

3 ESCOLARIDADE PARA SAIR DO IMPASSE

São necessárias ações multidimensionais para manter uma oferta educativa nas regiões afetadas pelo terrorismo, desde a urgência em manter todos os alunos na escola ao reforço da resiliência do sistema educativo.

3.1 GARANTIR O RETORNO E A PERMANÊNCIA DE TODAS AS CRIANÇAS NA ESCOLA

A 16 de outubro de 2023, uma turma de vinte alunos do ensino preparatório de uma escola no noroeste do Burkina Faso tiveram o seu regresso ao ano escolar com dois polícias à frente e professores de farda enquanto aguardavam a chegada de um professor voluntário[22]. Programas educativos são transmitidos pela rádio destinados a alunos sem acesso às respetivas escolas por razões de insegurança, no Mali[23] e no Burkina Faso[24]. Para casos excecionais, medidas excecionais. Os responsáveis pela educação e os seus parceiros nestes dois países tomaram diferentes medidas para assegurar a continuidade da educação em tempos de conflito. Estes exemplos são uma ilustração da exigência para os tomadores de decisões em garantir o direito à educação sempre e em todo o lado. O Benin não pode ser a exceção neste contexto de insegurança que assola várias regiões do país desde o início dos incidentes terroristas. É, assim, imperativo, reabrir as escolas que estiveram encerradas durante uma boa parte do último ano letivo. Deve ir-se mais além das atuais soluções de recurso que se limitam a apenas colocar os alunos deslocados nas escolas de acolhimento.

Reabrir as escolas deve ser acompanhado da criação de condições que permitam o funcionamento dessas escolas num ambiente seguro. A ideia de que um soldado armado providencie proteção em cada sala de aula é tão só pouco prática como utópica, mesmo que provisoriamente. Não obstante, podem ser tomadas outras medidas para garantir a segurança das escolas.

Para começar, é essencial aumentar a segurança nas zonas escolares em risco. Para tal, é importante destacar a urgência em instalar vedações e acessos de segurança em volta das escolas, em conformidade com as normas de segurança. Tal irá permitir controlar os acessos aos estabelecimentos escolares e assim evitar a entrada de desconhecidos. Ao mesmo tempo, a opção de desmaterialização das escolas para que estas não sejam visadas pelos grupos armados pode ser contemplada neste caso.

Em seguida, é importante antecipar as potenciais ameaças e identificar os estabelecimentos escolares mais expostos aos riscos. Esta avaliação de vulnerabilidade das escolas deve ser acompanhado da implementação de medidas preventivas adequadas para garantir a segurança. Estas podem incluir planos de emergência, exercícios de simulação assim como protocolos de reação no caso de incidentes. Os professores podem receber formação em comportamentos de segurança para aumentar a sua própria vigilância e a sua capacidade em observar perigos.

ONGs que trabalham em Atacora organizaram formações para agentes da educação sobre estes temas. É importante reforçar estas formações e alargar o âmbito aos pais dos alunos. Isto torna-se cada vez mais necessário pois os pais precisam de ser tranquilizados quanto às condições de segurança para poderem enviar os seus filhos para a escola. É assim necessária uma sensibilização das populações às medidas de segurança.

Ao mesmo tempo, a situação das escolas sobrelotadas devido aos alunos deslocados de zonas de risco pode ser melhorada através da construção de salas de aula adicionais e ao mesmo tempo nomeando para estas escolas os professores dos estabelecimentos fechados.

Por outro lado, devem ser considerados incentivos excecionais para os professores que trabalham em zonas de risco, como vantagens financeiras ou garantias de proteção em caso de incidentes. Neste sentido, o Estado poderia considerar os professores em questão como «soldados educativos» e conferir as mesmas vantagens que são dadas às forças de defesa e segurança. Essa consideração permitiria que os professores particularmente expostos a riscos de segurança fossem incluídos na lista de pessoas abrangidas pela lei n.° 2022-28 de 7 de dezembro de 2022 que determina o regime de assistência e proteção a vítimas em missão ou pessoas a seu cargo. Deve ser destacado que esta sugestão não passa pelo encorajamento a qualquer militarização do corpo docente. A premissa é que outras pessoas do Estado, expostas a riscos de segurança possam beneficiar das mesmas disposições previstas na lei referida, tal como os soldados enviados para as linhas da frente. Esta perspetiva tem como objetivo reduzir a renitência dos agentes públicos em serem destacados para regiões em risco.

3.2 REFORÇAR A RESILIÊNCIA DO SISTEMA EDUCATIVO

O reforço da resiliência do sistema educativo do Benin implica a conceção e aplicação de um plano de ação a longo prazo. As medidas a tomar neste âmbito podem ser de contexto legislativo, institucional, social e de cooperação internacional.

No plano legislativo, podem ser criados instrumentos para proteger as escolas e garantir a continuidade das atividades escolares em períodos de crise. Estes mecanismos podem intervir no âmbito de uma legislação global sobre prevenção de extremismo violento e terrorismo ou no plano de estratégia nacional de prevenção de extremismo violento no Benin[25].

A nível institucional, devem ser reforçadas as capacidades dos organismos responsáveis pela educação quanto às questões de segurança. As autoridades da educação podem colaborar estreitamente com as autoridades para elaboração de protocolos de segurança específicos para estabelecimentos escolares. A formação do corpo escolar (professores e outros) deve incluir temáticas como gestão de situações de crise, segurança das escolas e proteção de alunos. Relativamente ao extremismo violento, as formações podem, sem limitações, concentrar-se sobre a compreensão da complexa questão do extremismo violento, a prevenção por sensibilização de discursos de ódio ou estigmatizantes, assim como a promoção de atividades construtivas e positivas junto dos jovens.

A vertente social versaria, por exemplo, sobre a autonomização de famílias vulneráveis. Deveriam ser implementados programas sociais para apoiar os pais nas respetivas atividades económicas. O objetivo seria reduzir a vulnerabilidade económica das famílias e crianças expostas à instrumentalização da situação por parte de grupos extremistas. O desenvolvimento de atividades sócio-culturais e desportivas em meio escolar seria também benéfico para a consolidação do tecido social e do diálogo entre as comunidades.

No âmbito da cooperação, organizações e instituições interestatais ou não-interestatais poderiam assumir um papel estratégico na mobilização de recursos financeiros para apoiar a reabilitação, assistir na construção de estabelecimentos de ensino e na formação de professores e corpo auxiliar nas localidades de acolhimento de deslocados. Para esse efeito, as organizações de cooperação internacional que possam intervir no setor educativo devem agir num contexto coerente definido pelo Estado, com o objetivo de evitar a dispersão de iniciativas paralelas sem eficácia. Segundo alguns responsáveis das administrações locais, a multiplicidade de intervenções e respetivos intervenientes num mesmo setor torna hipotética a concretização dos objetivos.

Olhando para o futuro, o Estado, com o auxílio dos seus parceiros, deve elaborar um plano concreto de contingência e de resiliência da educação num contexto de crise de segurança. O financiamento da descentralização do setor educativo pode ser uma ação de destaque, uma vez que essa descentralização tem a vantagem de trazer a tomada de decisão para mais perto das realidades locais, favorecendo assim uma melhor adaptação às necessidades específicas de cada região com a participação das comunidades.

[22] Redação Burkina 24, «Novo ano escolar: O grupo GARSI da polícia e o destacamento militar reforçam as fileiras de professores primários no Anel de Mouhoun» - [23] Consultar Nações Unidas (Mali) «No Mali, mais de três milhões de crianças regressaram à escola esta semana para o regresso às aulas 2022-2023" - [24] Consultar Unicef, O Sahel Central, Nota de sensibilização, p. 9, outubro de 2020 - [25] É necessário precisar que não existe legislação específica sobre extremismo violento e terrorismo (EVT) além da lei n.° 2018-16 de 4 de junho de 2018 do código penal da República do Benin que modifica e complementa a lei n.° 2012-15 de 18 de março de 2013 do código de procedimento penal e da lei n.° 2020-25 de 2 de setembro de 2020 com modificação da lei n.° 2018-17 de 25 de julho de 2018 relativa à luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo na República do Benin.

RECOMENDAÇÕES

Dentro das principais recomendações, convém destacar:

1. Trazer segurança às escolas:

Reforçar a segurança das infraestruturas escolares existentes; incluir a dimensão da segurança na construção de novas infraestruturas; controlo de acessos e avaliação de vulnerabilidades nos estabelecimentos escolares, com o objetivo de implementar medidas preventivas.

2. Sensibilização e formação:

Sensibilizar os agentes escolares e dar formação aos corpos escolares sobre noções de segurança, em colaboração com as forças de segurança; incluir no programa escolar temas como diálogo comunitário, viver em comunidade e prevenção da radicalização e do extremismo violento.

3. Estatuto especial para professores:

Motivar os docentes que trabalham em zonas de risco através de vantagens financeiras e garantias de proteção para assegurar um corpo docente estável apesar dos desafios à segurança.

4. Estratégias de reinserção profissional:

Criar e implementar mecanismos de recuperação e inserção profissional de alunos que já abandonaram os estudos, para assim reduzir o risco da sua adesão a grupos armados terroristas.

5. Apoio a pais vulneráveis:

Apoiar as atividades económicas das famílias nas regiões expostas a riscos de segurança.

6. Reforço do enquadramento legal:

Considerar a educação na legislação e/ou na estratégia nacional de combate ao extremismo violento e terrorismo.

7. Documento estratégico:

Elaborar um plano de contingência e resiliência para a educação perante a crise de segurança com um papel reforçado e consequentes financiamentos para a descentralização.

8. Cooperação internacional:

Mobilizar os parceiros para apoios a diferentes ações em favor da educação num contexto difícil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS, CAPÍTULOS DE OBRAS E RELATÓRIOS

- Thierry Bidouzo, «As implicações categóricas do terrorismo no Benin», em Thierry Bidouzo & Expédit Ologou (dir.), O terrorismo no Benin. Perceções, ações e perspetivas, Cotonou, edições Christon, FES, 2023, pg. 129-147.
- Egert Balàzs, Christine de la Maisonneuve, David Turner, «Covid-19: o impacto macroeconómico do encerramento das escolas», 3 de fevereiro de 2023.
- Gamaï Léonce, «Educação no Benin: o paradoxo das aulas sem alunos em Karimama» em Banouto, Comunas fronteiriças no Benin: a vida posta à prova, 278 p., pg 27-36.
- Didier Gelot e Djamal Teskouk, «Formação profissional e alterações económicas», em1971-2021, 2021, pg. 13-45.
- Bernadette Plumelle, «Os encerramentos das escolas e os seus efeitos sobre a aprendizagem dos alunos», Revue internationale d'éducation de Sèvres, n.° 87, setembro de 2021, pg. 31-37.
- UNESCO, Benin. Relatório de estado do sistema educativo. Para uma revitalização da política educativa no enquadramento do plano a 10 anos de desenvolvimento do setor da educação, julho de 2014.

ARTIGOS DE IMPRENSA

- Africa Defense Forum, «Os terroristas fazem guerra à educação no Sahel», 23 de maio de 2023.
- Reliou Koubakin, «Milhares de escolas ainda fechadas em África», 11 de abril de 2023.
- ONG Save the Children, «9 de setembro, Dia mundial para a proteção da educação contra ataques: Os encerramentos de escolas no Sahel aumentaram 20% no ano passado, com 200.000 crianças privadas da escolaridade», Save the Children Burkina Faso.
- ONG Changement Social Bénin, «Síntese de ação de sensibilização - Sessão de reflexão sobre os desafios na eficiência do sistema de ensino pré-escolar e primário em zonas sob ameaça terrorista na República do Benin».
- Redação Burkina 24, «Novo ano escolar: O grupo GARSI da polícia e o destacamento militar reforçam as fileiras de professores primários no Anel de Mouhoun».

Fontes oficiais

- Site governamental do Benin

SOBRE O AUTOR

Thierry Bidouzo, professor assistente de Direito Público, investigador na CiAAF.

Afouda Vincent Agué, jurista, assistente de investigação na CiAAF.

Emmanuel Odilon Koukoubou, politólogo, assistente de investigação na CiAAF.

AVISOS LEGAIS

Pesquisa & Ação para a Paz (Rede REcAP)
Trinity Avenue, O Mile 7 Road, Achimota-Accra
P. O. Box CT4434, Cantonments, Accra-Ghana
Link Rd, Dhaka
Tel: +233 302 411 638
Mail: recapsecretariat@wanep.org
www.recapnetwork.org

© photo : Adobe stock

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Rede de Pesquisa e Ação para a Paz e não reflecte necessariamente a opinião da União Europeia. © - 2024 - Rede de Pesquisa e Ação para a Paz (Rede REcAP) Todos os direitos reservados. Todos os direitos reservados e condicionalmente licenciados à União Europeia.

Financiado pela União Europeia

REDE REcAP

A rede REcAP é uma plataforma interactiva de cooperação regional que reúne organizações e peritos na construção da paz e na prevenção de conflitos e do extremismo violento na África Ocidental e na bacia do Lago Chade.

Implementado pela Rede da África Ocidental para a Consolidação da Paz (WANEP), pelo Conselho Dinamarquês para os Refugiados (DRC) e pelo Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo (SIPRI), o projeto da Rede REcAP foi concebido para dar resposta às lacunas de capacidade e às limitações à colaboração entre peritos, decisores políticos e profissionais e para melhorar o impacto, o progresso e a sustentabilidade da investigação, das políticas e das práticas de consolidação da paz.

www.recapnetwork.org

REDE REcAP
PESQUISA & ACÇÃO PARA A PAZ